

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS BRAGANÇA PAULISTA (IFSP-BRA)

MANUELA ORLANDELI CARDOSO

**Vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil:
reflexões sobre diversidade e identidade cultural**

Bragança Paulista
2025

MANUELA ORLANDELI CARDOSO

**Vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil:
reflexões sobre diversidade e identidade cultural**

Relatório solicitado como parte dos requisitos para a
apresentação de trabalho de pesquisa científica para a
15ª BRAGANTEC, realizada no IFSP *campus*
Bragança Paulista.

Orientador: Prof. Dr. Iara Leme Russo Cury

RESUMO

O presente relatório resulta de uma pesquisa documental realizada entre fevereiro e outubro de 2025 sobre a vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil. Partimos da constatação de que o desaparecimento de uma língua implica não apenas a perda cultural, mas também o apagamento de modos de vida e formas próprias de conhecimento, o que justifica a relevância do estudo. A análise da produção acadêmica registrada na Plataforma CAPES buscou identificar como a ciência brasileira tem abordado essa questão ao longo das últimas décadas. Foram levantados 84 trabalhos publicados entre 1958 e 2025, organizados em categorias temáticas que vão da documentação linguística às políticas públicas de revitalização e educação indígena. Os resultados revelam um crescimento expressivo da produção a partir dos anos 2000, com concentração em universidades do Sudeste, e evidenciam a necessidade de fortalecer iniciativas que valorizem a diversidade linguística, sobretudo no contexto da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032).

Palavras-chave: Línguas Indígenas; diversidade cultural; resgate linguístico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora Iara Leme Russo Cury, pela orientação, pelo apoio e por ter escutado minhas idéias e opiniões ao longo do projeto.

À minha mãe, por todo o seu amor, paciência e incentivo em todos os momentos.

Aos meus amigos Gabriel Medeiros de Abreu, Julia Neves Bueno, Nicole da Silva Aquino, Theo Souto Cardoso e Pietra Cenciani Azzi, pelo incentivo e apoio ao longo da pesquisa. Em especial, agradeço a Guilherme Salles Leite e Maria Catarina de Oliveira Viana, que foram importantes em tantos momentos e decisões, dentro e fora do projeto, desde o meu primeiro dia de aula no ensino médio.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, me incentivaram e me ajudaram na realização deste trabalho. Cada gesto de colaboração foi fundamental para que este projeto se tornasse possível

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS	8
2.1	Objetivos gerais	8
2.2	Objetivos específicos	8
3	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	9
4	RESULTADOS	11
5	CONCLUSÃO	13
	REFERÊNCIAS	14

1 INTRODUÇÃO

A diversidade linguística, além de retratar uma parte da história, reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a valorização das línguas indígenas, uma vez que o desaparecimento de uma língua resulta na perda irrecuperável de um conhecimento social, histórico e cultural (UNESCO, 2003). Segundo o linguista Aryon Rodrigues (2005), antes da colonização, o Brasil contava com cerca de 1.175 línguas; atualmente esse número não chega a duzentas, sendo que muitas delas estão correndo sério risco de extinção.

Esse processo evidencia as consequências de fatores como a colonização europeia, que impôs a língua portuguesa como forma de dominação, e o avanço econômico que acelerou a integração forçada das comunidades indígenas à sociedade, comprometendo a pluralidade linguística do país. Tal dinâmica pode ser compreendida também como um caso de epistemicídio, conceito discutido por Boaventura de Sousa Santos (2005), que se refere à destruição sistemática de saberes, práticas e epistemologias de grupos sociais historicamente marginalizados. Considerando isso, o desaparecimento das línguas indígenas não implica apenas perda cultural, mas também o silenciamento de modos próprios de pensar.

Entretanto, as línguas indígenas não representam apenas um meio de comunicação: elas evidenciam elementos de identidade, resistência e transmissão de conhecimentos. Cada língua mostra um jeito diferente e próprio de entender o mundo e de interagir socialmente. Desse modo, a extinção de uma língua implica também na perda de um bem imaterial da humanidade, que retrata a história de um povo que já existiu, além de enfraquecer culturas inteiras.

Nesse sentido, o Brasil já conta com iniciativas legais que buscam promover a inclusão da temática indígena no sistema educacional. Um exemplo é a Lei nº 11.645/08, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a abordagem da história e cultura indígena e africana no ensino básico. Tal legislação representa um avanço significativo no reconhecimento das contribuições desses povos, principalmente na formação de crianças e jovens. No entanto, sua implementação ainda enfrenta muitos desafios, como a formação insuficiente de professores, o uso inadequado do tema em sala de aula, estereótipos e preconceitos, além da falta de materiais didáticos adequados.

Para enfatizar ainda mais esse cenário, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o decênio de 2022-2032 como Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL). Liderada pela UNESCO, essa iniciativa tem como objetivo chamar atenção para o risco crítico de extermínio das línguas indígenas, utilizando diversos recursos para sua revitalização, preservação e promoção. O Plano de Ação Global da década visa promover

ações em áreas como educação inclusiva das línguas, revitalização cultural, acesso a serviços públicos e parcerias com governos, povos indígenas e o setor privado.

Essa manifestação global oferece um suporte que reforça as políticas nacionais, ressaltando que a preservação é essencial não apenas para manter a diversidade cultural, mas também como direito humano e como estratégia para o desenvolvimento saudável da sociedade como um todo.

Inserido nesse contexto, este trabalho propõe uma análise da vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil por meio de uma abordagem quantitativa, utilizando como base os projetos cadastrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Plataforma CAPES). A partir dessa análise, busca-se compreender como a produção científica tem tratado dessa temática, fazendo também uma análise qualitativa de trabalhos encontrados, procurando contribuir para estratégias de valorização e preservação desses idiomas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O projeto possui como objetivo geral investigar a vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil por meio da análise da produção científica sobre o tema a partir dos artigos científicos disponibilizados na Plataforma da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (capes).

2.2 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral, foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- (i) Relacionar os estudos científicos sobre as línguas indígenas com a localização dos povos no território brasileiro;
- (ii) Levantar as ações realizadas pelo governo federal no contexto da Década Internacional das Línguas Indígenas;
- (iii) Divulgar iniciativas voltadas à preservação das línguas indígenas no Brasil;
- (iv) Produzir materiais de divulgação científica que contribuam para a valorização da diversidade cultural e linguística indígena.

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A pesquisa foi feita a partir de levantamentos bibliográficos e levantamento de dados na Plataforma CAPES. A escolha da Plataforma CAPES se justifica por sua relevância histórica na divulgação de trabalhos científicos, como dissertações, teses e artigos de importantes instituições de pesquisa e ensino.

O processo inicial consistiu na definição e no teste de palavras-chave, etapa fundamental para delimitar o escopo da pesquisa. Foram consideradas inicialmente cinco combinações: “*Línguas Indígenas*” + “*Brasil*”, “*Década Internacional das Línguas Indígenas*”, “*Preservação Cultural*” + “*Povos Indígenas*”, “*UNESCO*” + “*Línguas Indígenas*” e “*Mapeamento Linguístico*” + “*Brasil*”. Dentre elas, três foram descartadas por produzirem resultados excessivamente amplos ou pouco relacionados ao tema central. Optamos por manter como termos de busca “*Línguas Indígenas*” e “*Década Internacional das Línguas Indígenas*” apenas no título dos trabalhos. Na sequência, fizemos a combinação de “*Línguas Indígenas*” com “*Brasil*” ampliando a busca para o corpo do texto. Essa escolha se justifica pelo foco central da pesquisa, que busca analisar especificamente a produção acadêmica referente às línguas indígenas em território brasileiro, sem contemplar pesquisas internacionais que, embora relevantes, interferem na delimitação dos objetivos específicos.

O primeiro registro encontrado na base, datado de 1958, intitula-se “Culturas e línguas indígenas do Brasil”, publicado pela *Duke University Press*, no Volume 38, *Issue* 4, em língua portuguesa. Esse trabalho apresenta reflexões iniciais sobre a diversidade linguística no Brasil, situando-se em um contexto em que ainda eram recentes os debates acadêmicos mais sistemáticos sobre povos indígenas no país. A escolha de 1958 como marco inicial da Fase I (1958–2021) se justifica por se tratar do primeiro registro disponível na base de dados que aborda diretamente a questão das línguas indígenas brasileiras.

Como um dos objetivos da pesquisa é identificar os possíveis impactos iniciais no volume das produções acadêmicas em decorrência da *Década Internacional das Línguas Indígenas* (2022–2032), a série de dados foi dividida em duas fases: (i) 1958–2021 e (ii) 2022–2025.

Após o levantamento, os dados coletados foram organizados em planilhas no formato Excel, distribuídos em colunas de título, ano de publicação, instituição ou editora responsável, estado e região brasileira de origem e, quando pertinente, publicações internacionais. Esse ordenamento permitiu primeiramente uma análise quantitativa e abriu possibilidades para análises qualitativas, voltadas à compreensão de tendências temáticas.

A análise qualitativa foi realizada pela leitura de títulos, resumos e, quando disponível, trechos de artigos selecionados, com a intenção de identificar aproximações temáticas e temas

recorrentes. Essa etapa permitiu propor quatro eixos de produção científica: (i) documentação linguística e descrição de línguas; (ii) revitalização linguística e políticas públicas; (iii) educação indígena e formação de professores; (iv) identidade cultural vinculada às línguas. A definição desses eixos está relacionada à frequência com que aparecem nos textos e ao diálogo direto com os objetivos da pesquisa.

Embora alguns trabalhos não abordassem diretamente políticas linguísticas, foram incluídos na análise qualitativa por apresentarem contribuições relevantes ao debate sobre línguas indígenas, como no caso de produções voltadas à formação docente. Além disso, buscou-se garantir diversidade no corpus qualitativo, incluindo não apenas artigos científicos, mas também resumos de obras e pesquisas de relevância no campo. Essa escolha visou englobar diferentes tipos de produção acadêmica que, mesmo em formatos distintos, contribuem para a reflexão sobre a situação das línguas indígenas no Brasil.

Por fim, os dados foram organizados em tabelas e gráficos (apresentados na seção de Resultados) que permitem visualizar, de forma clara, tanto a evolução histórica da produção quanto sua distribuição regional e institucional, além das categorias temáticas identificadas.

4 RESULTADOS

A pesquisa quantitativa identificou 84 publicações relacionadas às línguas indígenas no Brasil, entre 1958 e 2025. Observa-se um aumento significativo a partir dos anos 2000, com destaque para a última década, quando a produção acadêmica se intensificou. Comparada com a década anterior, apresenta uma quantidade maior de trabalhos, e uma possível tendência de aumento, não sendo possível afirmar ainda se está acontecendo em função da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032).

Tabela 1: Número de artigos identificados na Plataforma CAPES, por década de publicação

REGIÃO	QUANTIDADE ARTIGOS
NORTE	6
NORDESTE	12
CENTRO	3
SUDESTE	41
SUL	16
INTERNACIONAL	6

Fonte: CAPES (organizado pelos autores)

Em relação à distribuição geográfica no Brasil, foi possível analisar que a maior concentração de trabalhos está na região Sudeste, seguida pelo Sul e Nordeste. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam número mais reduzido de publicações, embora com relevância para pesquisas voltadas diretamente às comunidades indígenas locais.

Tabela 2 – Distribuição das publicações por regiões administrativas no período 1958–2025

DÉCADA	QUANTIDADE ARTIGOS
1950-1959	1
1960-1969	2
1990-1999	1
2000-2009	7
2010-2019	35
2020-2025	38

Fonte: CAPES (organizado pelos autores)

Também foram encontradas 6 publicações internacionais, distribuídas entre diferentes países: uma publicada na Carolina do Norte (Estados Unidos), uma em Los Angeles (Estados Unidos), uma na Cidade do México (México), uma em Salamanca (Espanha) e duas em Bogotá (Colômbia).

Quanto às instituições e periódicos, observa-se uma predominância de universidades brasileiras, em especial a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo (USP). Isso sugere que a pesquisa sobre línguas indígenas no Brasil está concentrada em importantes centros acadêmicos, com algumas colaborações de revistas independentes e universidades

internacionais.

Na análise qualitativa, os trabalhos foram organizados em quatro categorias principais:

1. **Documentação linguística e descrição de línguas** – estudos voltados para o registro e análise estrutural das línguas indígenas.
2. **Revitalização linguística e políticas públicas** – projetos que discutem a preservação das línguas ameaçadas e a implementação de políticas de valorização.
3. **Educação indígena e formação de professores** – iniciativas que abordam o ensino intercultural e a inserção das línguas indígenas nos processos educativos.
4. **Identidade cultural vinculada às línguas** – produções que destacam a relação entre língua, memória e identidade dos povos indígenas.

Essas categorias permitiram compreender não apenas a diversidade de enfoques dentro da área, mas também como a questão das línguas indígenas se conecta a diferentes dimensões sociais, políticas e educacionais.

5 CONCLUSÃO

Este livro é, por isso mesmo, assentado em etnografias. Qual seu valor? Antes de mais nada, acautelar-nos diante das generalizações. Se há semelhanças, sem dúvida, entre sociedades indígenas no Brasil, até entre aquelas distantes no espaço e linguisticamente desconectadas, essas conexões não resultam em homogeneidade (p. 9, 2016).

Manuela Carneiro da Cunha

O presente relatório é o resultado da pesquisa documental que realizamos no período de fevereiro a outubro de 2025, na modalidade de iniciação científica, durante o segundo ano do curso técnico integrado em informática. O seu desenvolvimento permitiu o reconhecimento de metodologias de pesquisa na abordagem de tema relevante para a sociedade brasileira e abriu múltiplas possibilidades de reflexão sobre as produções científicas e as questões indígenas no Brasil.

Como destacamos no texto de Manuela Carneiro da Cunha (2016), devemos nos acautelar sobre as generalizações que são comuns quando tratamos das questões indígenas, sob pena de contribuir ainda mais para o não reconhecimento de suas identidades. Por esse motivo, optamos por investigar e analisar a produção científica sobre as línguas indígenas através da Plataforma CAPES, fazendo um recorte da temática e reconhecendo os limites de conclusões que poderiam levar a enganos e generalizações.

Entretanto, a pesquisa permitiu concluir que, nas décadas de 2010 e 2020, houve um significativo aumento do número de produções disponibilizadas pela CAPES. Em comparação com as décadas anteriores, observa-se não apenas um crescimento quantitativo, mas também uma maior diversidade de enfoques, indicando um fortalecimento do debate acadêmico sobre as línguas indígenas.

Comparada à década anterior, a produção mais recente apresenta uma quantidade maior de artigos, sugerindo uma tendência de crescimento contínuo. Ainda não é possível afirmar com precisão se tal aumento está diretamente relacionado à Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032), mas os dados apontam para uma sensibilização crescente da comunidade científica em torno do tema.

Assim, concluímos que a preservação e valorização das línguas indígenas no Brasil dependem tanto da continuidade de políticas públicas quanto do engajamento acadêmico em pesquisas que deem visibilidade a essas questões. O avanço identificado neste levantamento abre caminhos para investigações futuras, que poderão aprofundar os impactos das iniciativas nacionais e internacionais na promoção da diversidade linguística.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (org.). *Políticas culturais e povos indígenas*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

CURY, I. L. R.; SOUZA, J. G.; MONIZ, M. I. D. A. S. *Interdisciplinaridade: uma prática para a compreensão da questão indígena*. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 6., 2018, Campinas. *Anais do 6º Encontro Regional de Ensino de Geografia: Ensinar Geografia com a diferença e com a política*. Campinas: [s. n.], 2018.

MAHER, T. M. *Educação escolar indígena e diversidade linguística no Brasil*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1001-1022, 2007.

MORAES, Nelson Russo de (org.) et al. *Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária*. v. 3. Porto Alegre: Fi, 2019. 618 p. Disponível em: https://3c29074253df-4d6f-b12f-b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_8d1fee1ec4874314b4bc230ae0ba04aa.pdf. Acesso em: 30 dez. 2019.

MUNDURUKU, Daniel. *A escrita e a autoria fortalecendo a identidade*. *Povos Indígenas no Brasil*, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade>. Acesso em: 30 dez. 2019.

NETO, M. G. *A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros: contribuições da Linguística Aplicada*. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 38, n. 4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460x202259462>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. *Políticas linguísticas, política de línguas indígenas e línguas*. In: FIGUEIREDO, A. A. de A.; CABRAL, A. S. A. C.; MARTINS, A. M. S.; GÓIS, M. L. de S. (org.). *Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 15-30.

UNESCO. *Atlas de las lenguas del mundo en peligro*. 3. ed. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010.

UNESCO. *Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032)*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381485>. Acesso em: 22 ago. 2025.